

REFORMA AGRÁRIA Decreto presidencial garante o direito de posse a 450 famílias de produtores rurais, após uma luta de 30 anos

Chacareiros conquistam a terra

MARA FLÓRES

O decreto de desapropriação da Chácara Santo Ângelo, em Jundiapéba, mais conhecida como área dos "Chacareiros", publicado ontem no Diário Oficial da União, permitirá a Mogi das Cruzes fechar o ano de 2013 com a solução de um dos maiores conflitos de terra da sua história e que mobilizou prefeitos, vereadores e deputados, inclusive de outras regiões. Assinado pela presidente Dilma Rousseff, num pacote de 92 desapropriações de áreas espalhadas pelo Brasil para a reforma agrária, o documento assegura o direito à propriedade para cerca de 450 produtores rurais que ocupam aquela região há várias décadas, com o constante medo de serem despejados e perderem o trabalho nos canteiros de onde saem 20% das hortaliças, legumes e condimentos que abastecem a Grande São Paulo. Ontem à tarde, as famílias comemoram a notícia (veja matérias nesta página)

Estimada em R\$ 17 milhões, a área dos Chacareiros – até então propriedade da Itaquareia, empresa de extração mineral – é a maior desapropriação agrária realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) neste ano e a que envolve o maior número de beneficiários na gestão da presidente Dilma.

"É, também, a maior desapropriação rural em área urbana e a única já realizada numa região metropolitana", comemorava o prefeito Marco Bertaiolli (PSD), ontem pela manhã, logo depois de tomar ciência do decreto oficial. "Isso acaba com o maior conflito social de Mogi e que se arrastava há anos sem uma solução. Já dei a notícia ao Miro e ao Jovair, da Aprojur [Associação de Produtores Rurais de Jundiapéba e Região], e esse é, sem dúvida, um dos maiores presentes que poderíamos ganhar neste final de ano", acrescentou.

A desapropriação contempla 1.104 hectares de terras, onde vivem 450 produtores que tiram dali o sustento de suas famílias e ainda geram empregos. Segundo o prefeito, a partir de agora, o Incra tem algumas etapas burocráticas a cumprir, mas a expectativa é de que ainda em janeiro comece a ser feita a imissão dos títulos de posse aos produtores devidamente cadastrados pelo Incra.

"Quando cheguei na Prefeitura tínhamos dois grandes



FESTA Grupo de produtores rurais, o deputado Gondim Teixeira e Carlos Zambotto celebram o fim de intensa batalha judicial e política

Moradores comemoram conquista

SILVIA CHIMELLO

"Hoje é o dia mais feliz da minha vida e acredito que seja o mais importante para 450 famílias que esperavam há mais de 15 anos". Foi com essa frase que o presidente da Associação de Produtores Rurais de Jundiapéba e Região (Aprojur), Jovair do Carmo de Oliveira, definiu a sensação ao ser informado sobre a decisão da presidente Dilma Rousseff (PT), que decretou a Chácara Santo Ângelo como uma área de interesse social para fins de reforma agrária.

A notícia chegou aos chacareiros através do presidente da Frente Parlamentar, instituída na Assembleia Legislativa para acompanhar o processo, o de-

putado estadual Luiz Carlos Gondim Teixeira (Solidariedade), que reuniu um grupo de agricultores na sede da Associação, no início da tarde de ontem.

"A partir de agora, os produtores saem da ilegalidade e se transformam em empresários, uma nova condição que vai lhes abrir as portas para que possam desenvolver suas atividades, crescer e contribuir com a economia do Município", observa. Eles terão outros benefícios, por meio do programa de reforma agrária.

Além do título de propriedade, o programa prevê uma série de benefícios aos produtores, como a abertura linhas de créditos e financiamentos para compra de tratores e equi-

pamentos necessários para o trabalho, além de suporte técnico para desenvolvimento de tecnologias e pesquisas.

Os produtores não escondiam a entusiasmo. Um deles, Luiz Alves dos Santos disse que chegou a duvidar de que sairia vitorioso dessa batalha de terra travada durante anos com a Itaquareia. "Agora vamos ter mais tranquilidade e segurança". Maria Aparecida Andrade de Faria acredita que os negócios devem deslanchar. "Vamos ter endereço fixo, poder emitir nota fiscal e comercializar a produção com mais segurança", esclarece.

Josemir Barbosa Moraes, o Miro, um dos fundadores da Associação lembrou de todo caminho percorrido até ago-

"nuas", onde cabem aos assentados torná-las produtivas.

"O que foi levado em conta nesta desapropriação em área urbana foi justamente a atividade rural e foi com isso que incitamos o Incra a tomar uma atitude. E ainda bem que o Incra fez isso porque não teríamos como fazer essa desapro-

priação", destacou o secretário municipal de Assuntos Jurídicos, Luiz Sérgio Marrano, que presidiu o Grupo de Trabalho que a Prefeitura criou em 2009 para buscar uma solução para o impasse dos chacareiros.

Ele lembrou que as ações da Prefeitura já tinham permitido a regularização da atividade dos

Mil famílias esperam pela regularização

Solucionado o problema dos produtores rurais, ainda resta uma pendência na área dos chacareiros: promover a regularização das cerca de 1 mil famílias que vivem irregularmente nas terras que pertencem à Itaquareia, empresa que há alguns anos comprou a propriedade da Santa Casa de São Paulo e da Caixa Beneficente com o objetivo de retirar minérios do subsolo.

Desde 2009, a Prefeitura monitora a ocupação da área, sendo que o cadastramento inicial contemplava cerca de 1,2 mil famílias. Dessas, 200 foram transferidas para apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, mas as demais resistem a deixar o local, mesmo diante das ações de reintegração de posse movidas pela Itaquareia.

O secretário municipal de Assuntos Jurídicos, Luiz Sérgio Marrano, informa que a Prefeitura vem trabalhando para promover o assentamento urbano da gleba ocupada por essas 1 mil famílias, através de uma desapropriação a custo zero. "Acredito que no começo do próximo ano teremos novidades também para essas famílias", antecipou. (M.F.)

produtores que, com isso, puderam inclusive passar a vender seus produtos para a Administração Municipal, que utiliza os itens na merenda escolar.

"Isso [a desapropriação pelo Incra] coroa um trabalho muito bem feito, de toda a sociedade civil, para que os produtores tenham a garantia de posse das suas terras. Essa legalização permitirá, entre outras coisas, a criação de cooperativas e mesmo a realização de operações com instituições bancárias", pontuou o secretário.

Entre os políticos que se envolveram diretamente na questão dos chacareiros podem ser citados, além do prefeito Bertaiolli, o deputado federal Junji Abe (PSD), o deputado estadual Luiz Carlos Gondim Teixeira (Solidariedade) e a ex-vereadora Inês Paz.